



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende

Impetrante (s): Anastácio Antônio Beltrão da Silva  
Paciente: Ricardo Tavares do Nascimento  
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procurador (a): Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. FURTO QUALIFICADO, NA FORMA TENTADA, QUADRILHA OU BANDO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO PROIBIDO (ART. 155, §§ 1º E 4º, INCISOS I E IV, C/C ART. 14, INCISO II, C/C ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 10.826/2003). ALEGATIVA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO-ACOLHIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA ENSEJADA POR TÍTULO JUDICIAL DIVERSO DAQUELE PROLATADO NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL CATALISORA DESTES WRIT. TRÂMITE PROCESSUAL RAZOÁVEL, À LUZ DA COMPLEXIDADE DO FEITO, EM ESPECIAL, DO NÚMERO DE ACUSADOS E DE SUA DIFÍCIL LOCALIZAÇÃO. PRECEDENTES. ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA E DE BOAS CONDIÇÕES PESSOAIS. NÃO-ACOLHIMENTO. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO PELA AUTORIDADE IMPETRADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, ASSOCIADA AO FATO DE O PACIENTE RESPONDER A OUTRA AÇÃO PENAL E TER CONFESSADO A PRÁTICA DE OUTROS CRIMES E À CIRCUNSTÂNCIA DE NÃO TER SIDO LOCALIZADO QUANDO DA PROLAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. POSSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA, MESMO EM TESE, DE BOAS CONDIÇÕES PESSOAIS PARA A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. *MANDAMUS* DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. É forçoso reconhecer que inexistente o apontado constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal, pelo simples motivo de que o título judicial que ensejou a prisão do paciente não corresponde ao decreto prisional prolatado, nos autos em epígrafe, pela autoridade impetrada, mas sim àquele proferido em sede de outra ação penal, a saber, aquela tombada sob o nº 08170-96.2013.8.17.0990, consoante se depreende das informações prestadas pelo Juízo *a quo* e de Consulta ao Sistema de Consulta Processual desta Corte.
2. Os prazos para a conclusão das várias fases do processo penal não são fixos ou peremptórios, e têm sua duração razoável avaliada à luz das circunstâncias do caso concreto, nos termos da Súmula 84 desta Corte Egrégia.
3. Diante da informação de que a marcha do processo catalisador destes *writ* restou influenciada não por inércia do Juízo *a quo*, mas em razão da complexidade do feito, em especial, do número de acusados e da dificuldade de localização destes, é forçoso concluir que o trâmite da ação penal enfocada encontra-se no sítio da razoabilidade.



**Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende**

4. A materialidade dos fatos imputados ao paciente e a sua autoria delitiva restaram plenamente evidenciadas pela sua confissão, operada tanto em sede policial, no interrogatório que instrui os autos epigrafados (fls. 24/28), como em juízo, nos autos da ação penal de nº 08170-96.20013.8.17.0990 (fls. 123/126).
5. Consoante esclarecem as informações prestadas pela autoridade impetrada, um dos fundamentos que ensejaram a prisão preventiva do paciente foi garantia da ordem pública, tendo sido esta associada ao fato de que aquele responde a outra ação penal e confessou a prática de outros delitos, e à circunstância de que, quando da prolação do decreto prisional, aquele ainda não tinha sido localizado, motivo este que, por si só, é suficiente para justificar a custódia cautelar, à luz da Súmula nº 89 desta Corte.
6. Face à devida fundamentação e a estrita observância dos pressupostos relativos à prisão preventiva do paciente, e considerando a ausência de qualquer fato novo ensejador de sua revogação, tenho que deve ser mantida a citada custódia cautelar.
7. Ainda que o paciente possuísse, em tese, bons antecedentes e residência e ocupação fixas, o que, saliente-se, não restou demonstrado nestes autos, tal circunstância não seria, por si só, suscetível de lhe conferir o direito à liberdade provisória, sobretudo diante da devida fundamentação de sua prisão preventiva, com invocação avisada da Súmula 86 desta Corte

### A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 20/05/14 .

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



**Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende**

Impetrante (s): Anastácio Antônio Beltrão da Silva  
Paciente: Ricardo Tavares do Nascimento  
Relator convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Procurador (a): Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por Anastácio Antônio Beltrão da Silva, advogado, através da preambular de fls. 02/07, em favor de **Ricardo Tavares do Nascimento**, apontando como autoridade coatora o Juiz da Vara Única da Comarca de Catende.

Aduz, inicialmente, o impetrante que o paciente encontra-se preso desde 11/07/2013 em razão da imputação de ter praticado os delitos tipificados no art. 155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, e art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, c/c art. 16, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 10.826/2003 (furto qualificado, quadrilha ou bando e porte ilegal de arma de uso proibido).

Assevera, em seguida, que está a sofrer constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal, vez que a ação penal ensejadora deste *writ* (tombada sob o nº 0000387-98.2013.8.17.0490) ainda não teve designação de audiência, 02 (dois) dos coacusados encontram-se em local incerto e não sabido e os demais acusados estão sendo assistidos pela Defensoria Pública, a qual não possui Defensor lotado naquela Comarca.

Argumenta, ainda, que a prisão preventiva do paciente seria desnecessária, face à ausência dos fundamentos e pressupostos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal, bem assim que aquele é portador de boas condições pessoais, eis que primário e possuidor de endereço e trabalho fixos.

Pede, ao final, a concessão da ordem, com a revogação da prisão preventiva do paciente e a consequente expedição de alvará de soltura em favor deste.

**Indeferido o pleito de liminar** (fl. 110/111), a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 122/131, clarificando que o paciente foi denunciado por ter, juntamente com os 04 (quatro) coacusados, tentado subtrair para si dinheiro do caixa eletrônico da agência do Banco Santander de Catende, mediante o emprego de explosivo (banana de dinamite) que detiveram e tentaram empregar sem autorização e em desacordo com determinação regulamentar.

Esclarece, mais adiante, que o paciente não se encontra preso preventivamente em razão do decreto expedido nos autos em epígrafe, mas pela prática do crime de tráfico de entorpecentes na comarca de Olinda, que é objeto de outra ação penal (nº 08170-96.20013.8.17.0990).

Assevera, ainda, que, em razão de responder a outra ação penal e de ter confessado, em sede policial e nos autos desta última ação, a prática de vários outros delitos, o paciente não seria portador de condições pessoais favoráveis.



**Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende**

Por derradeiro, afirma que a sua autoria delitiva se evidencia pelas citadas confissões, que incluem o crime enfocado no presente *writ*, e que a marcha processual foi afetada pela não localização de outros acusados e pela necessária expedição de precatórias com o fito de citá-los.

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal ofertou o parecer de fls. 135/141, opinando no sentido da denegação da ordem, por entender que: 1) a prisão preventiva do paciente restou devidamente fundamentada na sua periculosidade e na gravidade da conduta a ele imputada; 2) a sua autoria delitiva resta evidenciada pela sua confissão, tanto em sede policial quanto em juízo, nos autos da ação penal a que responde em Olinda; 3) o trâmite processual se situa dentro dos parâmetros da razoabilidade, considerando as peculiaridades do caso, em especial, o número de acusados e a sua difícil localização.

É o relatório.

### VOTO

Senhores Desembargadores,  
Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Após detida análise dos autos, tenho por bem concluir pela denegação do presente *writ*, pelas razões que passo a expor.

Inicialmente, verifico inexistir o apontado constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal, pelo simples motivo de que o título judicial que ensejou a prisão do paciente não corresponde ao decreto prisional prolatado nos autos em epígrafe pela autoridade impetrada, mas sim àquele proferido em sede de outra ação penal, a saber, aquela tombada sob o nº 08170-96.2013.8.17.0990, em tramitação na Comarca de Olinda, consoante se depreende das informações prestadas pelo Juízo *a quo* e de consulta ao Sistema de Informática desta Corte.

Aliás, depreende-se do termo de audiência expedido nos autos desta outra ação penal que a prisão do paciente se deu em razão de flagrante quando praticava a conduta delitiva ali apurada, a saber, tráfico de drogas, o que afasta a possibilidade de que a sua custódia cautelar tenha sido ensejada pelo *decisum* da autoridade impetrada.

Assim, ainda que existisse excesso de prazo da instrução criminal na ação penal epigrafada (o que, saliente-se, não é o caso), não seria ele o fato ensejador do eventual constrangimento ilegal sofrido pelo paciente.

Por via de consequência, impossível reconhecer, nos autos deste *Habeas Corpus*, relativo à ação penal de nº 0000387-98.2013.8.17.0490, a existência de qualquer ilegalidade eventualmente ocasionada por decreto prisional prolatado em outra ação penal.

Se o paciente entende sofrer constrangimento ilegal em decorrência de excesso de prazo da instrução criminal, deve ele impugnar a marcha processual da ação penal que efetivamente ensejou a sua prisão, que é aquela tombada sob



**Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende**

o nº 08170-96.20013.8.17.0990, em tramitação na Comarca de Olinda, se espaço existir para isso.

Saliente-se, nesse ponto, que, apesar de o impetrante pleitear a liberação do paciente neste *Habeas Corpus*, este último é, em verdade, de natureza preventiva, justamente porque o decreto prisional contra o qual se insurge, isto é, aquele prolatado na ação penal de nº 0000387-98.2013.8.17.0490, ainda não foi devidamente executado.

Ademais, *ad argumentandum tantum*, deve-se destacar que, diferentemente do fazer crer as alegações do impetrante, os prazos para a conclusão das várias fases do processo penal não são fixos ou peremptórios, e têm sua duração razoável avaliada à luz das circunstâncias do caso concreto, nos termos da Súmula 84 desta Corte Egrégia<sup>1</sup>.

Em face desse entendimento, e da informação de que a marcha do processo catalisador deste *writ* restou influenciada não por inércia do Juízo *a quo*, mas em razão da complexidade do feito, em especial, do número de acusados e da dificuldade de localização destes, é forçoso concluir que o trâmite da ação penal enfocada encontra-se no sítio da razoabilidade.

Logo, inexistente qualquer constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal a ser sanado através do presente *mandamus*.

Quanto à alegação de ausência dos pressupostos e fundamentos da custódia preventiva do paciente decretada na ação penal enfocada, tenho que, igualmente, não merece guarida.

Isso porque, em primeiro lugar, a materialidade dos fatos imputados ao paciente e a sua autoria delitiva restaram plenamente evidenciadas pela sua confissão, operada tanto em sede policial, no interrogatório que instrui os autos epigrafados (fls. 24/28), como em juízo, nos autos da ação penal de nº 08170-96.20013.8.17.0990 (fls. 123/126).

Em segundo lugar, consoante esclarecem as informações prestadas pela autoridade impetrada, um dos fundamentos que ensejaram a prisão preventiva do paciente foi garantia da ordem pública, tendo sido esta associada ao fato de que aquele responde a outra ação penal e confessou a prática de outros delitos, e à circunstância de que, quando da prolação do decreto prisional (em 17/04/2013), aquele ainda não tinha sido localizado, estando, pois foragido do distrito da culpa.

Nesse ponto, deve-se salientar que é perfeitamente possível justificar a prisão preventiva do paciente, como garantia da ordem pública, na existência, em seu desfavor, de outras ações penais ainda em tramitação, eis que, para a decretação de qualquer constrição cautelar, a dúvida milita em favor da sociedade, diversamente do que ocorre quando da formação do juízo definitivo de culpa e da dosimetria da pena.

A esse respeito, é bastante elucidativa a lição de Guilherme de Souza Nucci, *in verbis*:

16. Reiteração da prática criminosa: é motivo suficiente para constituir gravame à ordem pública, justificador da decretação da prisão preventiva. Somos da opinião de ser imprescindível barrar a reiteração de delitos,

<sup>1</sup> "Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro dos parâmetros de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**Habeas Corpus n.º 330061-8 – Vara Única da Comarca de Catende**

verificando-se, pela análise da folha de antecedentes, possuir o indiciado ou acusado vários outros processos em andamento, todos por infrações penais graves. Não se trata de colocar em risco o princípio da presunção de inocência, mas de conferir segurança à sociedade. O prisma da prisão cautelar é diverso do universo da fixação da pena. Neste último caso, não deve o julgador levar em conta processos em andamento, por exemplo, para agravar a pena do réu; porém, para analisar a necessidade de prisão provisória, por certo, tais fatores auxiliam a formação do convencimento do magistrado. (...) (in NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. p. 675.)

Por outro lado, observo que a ausência do distrito da culpa é circunstância que, por si só, justifica a segregação cautelar, nos exatos termos da Súmula nº 89 desta Corte Egrégia, *in verbis*:

*A fuga do distrito de culpa constitui motivação idônea para justificar prisão preventiva.*

Assim, face à devida fundamentação e a estrita observância dos pressupostos relativos à prisão preventiva do paciente, e considerando a ausência de qualquer fato novo ensejador de sua revogação, tenho que deve ser mantido o *decisum* que decretou a citada custódia cautelar.

Por derradeiro, no que concerne à possibilidade de concessão da liberdade provisória, tenho que, ainda que o paciente possuísse, em tese, bons antecedentes e residência e ocupação fixas, o que, saliente-se, não restou demonstrado nestes autos, tal circunstância não seria, por si só, suscetível de lhe conferir o direito à liberdade provisória, sobretudo diante da devida fundamentação de sua prisão preventiva, com invocação avisada da Súmula 86 desta Corte<sup>2</sup>.

Dispensando-me, assim, de outras considerações, para votar, como voto, em consonância com o Parecer da Operosa Procuradoria de Justiça, no sentido do da denegação deste *habeas corpus*.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Revisor

<sup>2</sup> “As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.”